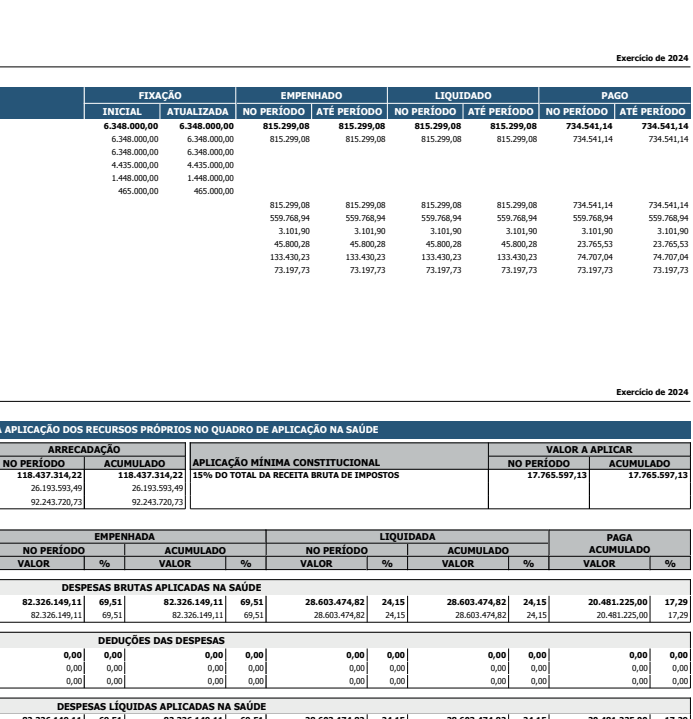
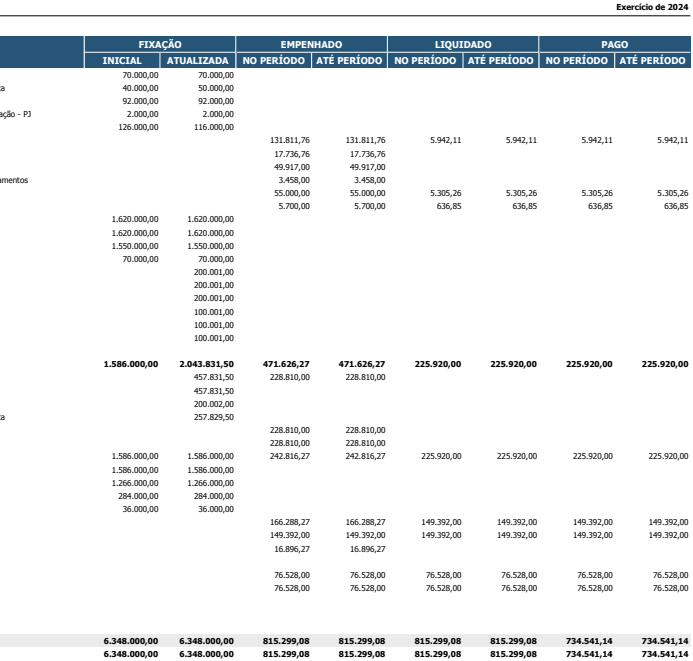
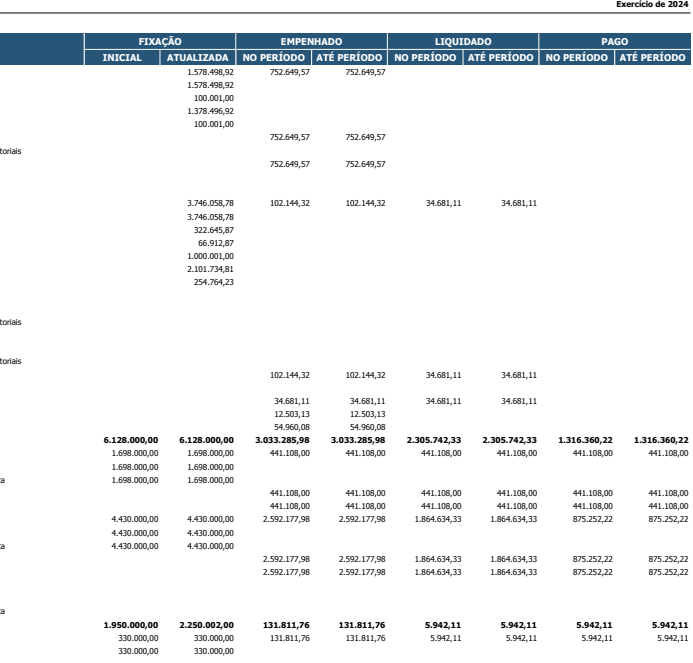


11



RESULTADO FINAL DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS - EDITAL CMI 2024				
ENTIDADE	PROJETO	PROTOCOLO	PARECER DA COMISSÃO	JUSTIFICATIVA
LAR IRMÃ TEREZINHA	TRANSPORTE SEGURO	12.070/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	EM BUSCA DA LONGEVIDADE	12.100/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	CASA DIA	12.073/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	CENTRO DE REABILITAÇÃO	12.093/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	APORTE COMPLEMENTAR MANUTENÇÃO	12.072/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
LAR SÃO VICENTE DE PAULA	AQUISIÇÃO DE IMOBILIARIOS E EQUIPAMENTOS	12.092/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	REFORMA PREDIAL	12.095/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	A ARTE DE ENVELHECER	12.098/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	APRENDER NÃO TEM IDADE	12.090/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
ACCI - MOREIRA CESAR	AUXILIO PARA BENS PERMANENTES	12.732/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	MOVIMENTO E ALEGRIA	12.736/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
ACCI - CONEGO JOSÉ DE AZEVEDO - VILA RICA	AUXÍLIO PARA REVITALIZAR	11.911/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	BOCHA E PROSA : ENTRELAÇANDO GERAÇÕES	12.117/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	FENIX	11.909/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
	REVITALIZANDO	11.912/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.
SEFRAS	VIDA É MOVIMENTO	12.014/2024	APTA	Plano de Trabalho atende plenamente os critérios de avaliação.

Pindamonhangaba, 27 de março de 2024.

Sueli Macedo Gimenes

Presidente CMI

Gestão- 2023/2025

--

</

RESOLUÇÃO N.º 001/2024

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, e das outras providências. (Projeto de Resolução nº 02/2024, de autoria da Mesa Diretora)

VEREADOR NORBERTO MORAES, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

TÍTULO I – DA CÂMARA MUNICIPAL.
CAPÍTULO I – DA SEDE E DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba é o órgão legislativo e fiscalizador do município, com recinto formal de trabalho na Sala de Sessões do Plenário “Dr. Francisco Romano de Oliveira” e nas dependências do Palácio Legislativo “Dr. Geraldo José Rodrigues Alcmin”, na Rua Alcides Ramos Nogueira, 660 – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º O Poder Legislativo é exercido pela Câmara de Vereadores, composta de Vereadores eleitos através do sistema proporcional, entre cidadãos habilitados nos termos do art. 14, da Constituição Federal, e no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.
§ 1º Cada legislatura terá a duração de 04 (quatro) anos.
§ 2º A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba será composto de 11 (onze) Vereadores, conforme os limites previsto no art. 29, IV, da Constituição Federal.

Art. 3º A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização interna e externa, financeira e orçamentária, de controle e de medidas participativas dos atos do Executivo e prática de atos de administração interna.
§ 1º A função legislativa consiste em deliberar, por meio de Emendas à Lei Orgânica, Leis, Resoluções Legislativas e Resoluções sobre todas as matérias de competência da Câmara.
§ 2º A função de fiscalização, sobre os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais do Município e das entidades da Administração Indireta, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:
I- acompanhamento das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito;
II- acompanhamento das contas do exercício financeiro do Município;
III- julgamento da regularidade das contas dos administradores e de mais responsáveis por bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta, sob as funções de fiscalização instituídas e mandadas pelo Poder Público e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário municipal.
§ 3º A função de controle é de caráter político-administrativo e se exerce sobre o Prefeito, Suplentes, Secretários Municipais, Mesa do Legislativo e Vereadores, mas não se exerce sobre os agentes administrativos, sujeitos à disciplina hierárquica.
§ 4º A função participativa e de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.
§ 5º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II – DA INSTALAÇÃO

Art. 4º A Sessão Legislativa instalar-se-á no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada legislatura, às 10 (dez) horas, em sessão solene, independente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretar os trabalhos e dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.
Parágrafo único. No caso em que existam 02 (dois) ou mais Vereadores mais votados, com a mesma votação, terá o direito de presidir a sessão de posse o mais idoso dentre eles.

Art. 5º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores eleitos deverão apresentar seus diplomas ao Departamento Legislativo da Câmara, antes da sessão de instalação.

Art. 6º Na sessão solene de instalação, observar-se-á o seguinte procedimento:
I- o Prefeito e os Vereadores deverão apresentar, no ato de posse, documento de não oposição ao desincompatibilização, sob pena de extinção do mandato;
II- na mesma ocasião, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores deverão apresentar declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, sob pena de cassação de mandato;
III- o Vice-Prefeito apresentará documento comprobatório de desincompatibilização quando assumir o exercício do cargo.
IV- os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após prestarem o compromisso, lido pelo Presidente, nos seguintes termos: “Prometo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica do Município, observar as Leis, desempenhar, com lealdade e respeito o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município de Pindamonhangaba e do seu povo”.
Em seguida, o Secretário designado para esse fim fará a chamada de cada Vereador que, de pé, declarará: “Assim o prometo”.
V- o Presidente convidará, a seguir, o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos e regularmente diplomados a prestarem o compromisso a que se refere o inciso anterior, e os declarará empossados.
VI- poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, um representante de cada bancada ou bloco parlamentar, o Prefeito, o Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e um representante das autoridades presentes.

Art. 7º Na hipótese de a posse não se verificar na data prevista no art. 4º, haverá a seguinte ordem:
I- dentro do prazo de 15 (quinze) dias depois da primeira Sessão Ordinária da Legislatura, salvo motivo justo aceito pela Câmara;
II- dentro do prazo de 10 (dez) dias da data fixada para a posse, quando se tratar de Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo justo aceito pela Câmara.
§ 1º Na hipótese de não realização de sessão ordinária ou extraordinária nos prazos indicados neste artigo, a posse poderá ocorrer no Departamento Legislativo da Câmara, perante o Presidente ou seu substituto legal, observados todos os demais requisitos, devendo ser prestado o compromisso na primeira sessão subsequente.
§ 2º Prevalecerá, para os casos de posse superveniente ao início da legislatura, o parecer do Prefeito, Vice-Prefeito ou Suplente de Vereador, os prazos e critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 8º O exercício do mandato dar-se-á automaticamente com a posse, assumindo o Prefeito todos os direitos e deveres inerentes ao cargo.
Parágrafo único. A transmissão do cargo, quando houver, dar-se-á no gabinete do Prefeito, após a posse.

Art. 9º A recusa do Vereador eleito a tomar posse importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente da Câmara, após o decurso do prazo estipulado no art. 7º, I, declarar extinto o mandato e convocar o respectivo suplente.

Art. 10 Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito ou na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

Art. 11 A recusa do Prefeito eleito a tomar posse importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente da Câmara, após o decurso do prazo estabelecido no art. 7º, I, declarar a vacância do cargo.
§ 1º Ocorrendo a recusa do Prefeito para tomar posse, observar-se-á o mesmo procedimento previsto no caput deste artigo.
§ 2º Ocorrendo a recusa do Prefeito e do Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara convocará o cargo de Prefeito até a posse dos novos eleitos, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município.

TÍTULO II – DA MESA
CAPÍTULO I – DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 12 Logo após a posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, proceder-se-á, ainda sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, à eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara.
Parágrafo único. Na eleição da Mesa, o Presidente em exercício tem direito a voto.

Art. 13 O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a reeleição de qualquer um dos membros para o mesmo cargo, dentro da mesma legislatura.

Art. 14 A Mesa da Câmara compor-se-á de 05 (cinco) membros: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Art. 15 A eleição da Mesa proceder-se-á em votação aberta e por maioria absoluta de votos presentes, ou seja, pela maioria absoluta dos empossados.
Parágrafo único. Se o candidato não obtiver a maioria absoluta dos votos, proceder-se-á imediatamente, a nova eleição, considerando-se eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 16 Na eleição da Mesa, observar-se-á o seguinte procedimento:
I- realização, por ordem do Presidente, do registro de presença para verificação do quórum;
II- leitura dos nomes dos candidatos previamente registrados, junto ao Departamento Legislativo;
III- abertura para que os Vereadores registrem publicamente os seus votos;
IV- proclamação, pelo Presidente, do resultado dos candidatos mais votados e posse imediata dos eleitos.
Parágrafo único. Os Vereadores interessados em se candidatar aos cargos da Mesa, deverão registrar sua candidatura junto ao Departamento Legislativo, logo após a Sessão de Posse.

Art. 17 Na hipótese de não se realizar a sessão ou a eleição, por falta de quórum legal, quando do início da legislatura, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleito a Mesa.
Parágrafo único. Observar-se-á o mesmo procedimento na hipótese de eleição anterior nula.

Art. 18 A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na primeira quinzena de dezembro do ano em que se encerra o mandato da Mesa a ser substituída. Imediatamente proclamados os eleitos, serão eles considerados empossados em 1º de janeiro do ano subsequente, devendo assinar o termo de posse no primeiro dia útil da terceira Sessão Legislativa.
Parágrafo único. O Presidente cujo mandato se finda ou a seu substituto legal proceder à eleição para renovação da Mesa, convocando sessões diárias, se ocorrer à hipótese prevista no artigo anterior.
§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 16 deste Regimento.

Art. 19 O Presidente da Mesa Diretora é o Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

Art. 20 A Mesa reunir-se-á sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 21 Os membros da Mesa não poderão fazer parte das lideranças ou blocos parlamentares.

CAPÍTULO II – DA COMPETÊNCIA DA MESA E DE SEUS MEMBROS
Seção I – Das Atribuições da Mesa

Art. 22 À Mesa, na qualidade de órgão diretor, incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 23 Compete à Mesa, dentre outras atribuições estabelecida em lei, neste Regimento ou em Resolução da Câmara, ou delas implicitamente decorrentes:
I- baixar, mediante ato, medidas que digam respeito aos Vereadores;
II- baixar, mediante portaria, medidas referentes aos servidores da Câmara de Vereadores, como provimento e vacância de cargos públicos e a área, abertura de sindicância, processos administrativos e aplicação de penalidades;
III- estabelecer as regras de funcionamento da Câmara e de seus Departamentos;
a) estrutura e suas alterações;
b) polícia da Câmara;
c) criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
d) concessão de licença aos Vereadores, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica;
IV- apresentar projeto de lei que disponha sobre a:
a) fixação da respectiva remuneração de cargos, empregos e funções de seus serviços, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
b) fixação de subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários ou cargos equivalentes, no último ano da legislatura, até 120 (cento e vinte) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura subsequente, observado o disposto na Constituição Federal;
c) fixação do subsídio dos Vereadores, com efeitos para a legislatura subsequente, no último ano da legislatura, até 120 (cento e vinte) dias antes das eleições municipais, observado o disposto na Constituição Federal, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador, se até este prazo a Mesa não apresentar os projetos respectivos.
V- solicitar ao Prefeito, quando necessário, a abertura de créditos adicionais;
VI- devolver à Prefeitura, ao final do exercício, o saldo de caixa existente;
VII- enviar ao Executivo Municipal, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;
VIII- elaborar e expedir, mediante ato, a descrição analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las quando necessário;
IX- propor projeto de lei de inconstitucionalidade;
X- propor projeto de decreto legislativo dispondo sobre:
a) licença do Prefeito para afastamento do cargo;
b) autorização ao Prefeito para, por necessidade de serviço, ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;
c) autorização para realização de refendo e convocação de plebiscito.
XI- promulgar emendas à Lei Orgânica do Município;
XII- conferir a seus membros atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos ou administrativos da Câmara;
XIII- declarar a perda de mandato de Vereador, nos termos da Lei Orgânica Municipal;
XIV- assinar os autógrafos dos projetos de lei destinados à sanção e promul-



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

gação pelo chefe do Executivo.

§ 1º A recusa injustificada de assinatura dos atos da Mesa ensejará o processo de destituição do membro faltoso.
§ 2º A recusa injustificada de assinatura dos autógrafos destinados à sanção ensejará o processo de destituição do membro faltoso.

Art. 24 As decisões da Mesa serão tomadas por maioria de seus membros.

Seção II – Das Atribuições do Presidente da Mesa

Art. 25 O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, competindo-lhe as funções administrativas e diretivas internas, além de outras expressas neste Regimento ou decorrentes da natureza de suas funções e prerrogativas.

Art. 26 Ao Presidente da Câmara compete, privativamente:
I- quanto às sessões:
a) presidir-las, suspendê-las ou prorrogá-las, observando e fazendo observar as normas vigentes e as determinações deste Regimento;
b) determinar ao 1º Secretário a leitura da ata e da correspondência dirigida à Câmara;
c) determinar, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;
d) declarar a hora destinada ao Expediente, à Ordem do Dia e à Explicação Pessoal e os prazos facultados aos oradores;
e) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria a ser discutida;
f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;
g) advertir o orador ou o apertante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que seja ultrapassado o tempo regimental;
h) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias assim o exigirem;
i) chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;
j) decidir sobre o impedimento de Vereador para votar, podendo ele consultar o Plenário em sessão solene ou antirregimental;
k) anunciar o resultado da votação e declarar a prejudicialidade dos projetos por esta alcançados;
l) decidir as questões de ordem e as reclamações;
m) anunciar o término das sessões, avisando, antes, os Vereadores sobre a sessão seguinte;
n) convocar as sessões da Câmara;
o) presidir a sessão ou sessões de eleição da Mesa do período seguinte;
p) comunicar ao Plenário a declaração da extinção do mandato do Prefeito ou de Vereador, na primeira sessão subsequente à apuração do fato, fazendo constar de ata a declaração e convocando imediatamente o respectivo suplente para o processo de extinção de mandato de Vereador.
II- quanto às atividades legislativas:
a) proceder à distribuição de matéria às Comissões Permanentes ou Especiais;
b) deferir, por requerimento do autor, a retirada de proposição, ainda não incluída na Ordem do Dia;
c) despachar requerimento;
d) determinar o arquivamento ou desarquivamento de proposições, nos termos regimentais;
e) devolver ao autor a proposição que não esteja devidamente formalizada, que verse sobre matéria alheia à competência da Câmara, ou que seja flagrantemente inconstitucional ou antirregimental;
f) recusar o recebimento de substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial;
g) declarar prejudicada a proposição em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo, salvo requerimento que constancie reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fatos anteriores;
h) fazer publicar os atos da Mesa e da Presidência, portarias, resoluções e decretos legislativos, bem como as emendas à Lei Orgânica e leis por ele promulgadas;
i) fazer publicar o inteiro teor do texto e da respectiva exposição de motivos de qualquer projeto de lei recebido, antes de remetê-lo às Comissões;
j) votar nos seguintes casos:
1- na eleição da Mesa;
2- em matéria que exigir quórum de 2/3 (dois terços) para a sua aprovação;
3- quando houver empate na votação das matérias submetidas à maioria simples de votos;
k) incluir na Ordem do Dia da primeira sessão subsequente, sempre que tenha sido esgotado o prazo previsto para sua apreciação, os projetos de lei de iniciativa do Executivo submetidos à urgência, e os vetos por este apostos, observado o seguinte:
1- ambos os casos ficarão sobrestadas as demais proposições até que se ultime a votação;
2- a deliberação sobre os projetos de lei submetidos à urgência tem prioridade sobre a apreciação do veto.
III- promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as emendas à Lei Orgânica e as leis com sanção tácita ou aquelas não promulgadas pelo Prefeito;
m) apresentar proposição à consideração do Plenário, devendo afastar-se da presidência para discuti-la.
III- quanto à sua competência geral:
a) substituir o Prefeito ou sucedê-lo na falta deste e do Vice-Prefeito, completando, se for o caso, o seu mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos termos da lei;
b) representar a Câmara em juízo ou fora dele;
c) dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores que não forem empossados o primeiro dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores;
d) declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos termos da lei;
e) expedir decreto legislativo de cassação de mandato de Prefeito e resolução de cassação de mandato de Vereador;
f) declarar a vacância do cargo de Prefeito, nos termos da lei;
g) não permitir a publicação de pronunciamento ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar;
h) zelar pelo prestígio e decore da Câmara, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros;
i) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
j) encaminhar ao Ministério Público as contas do Município, imediatamente após a sua apreciação pelo Plenário, ainda que aprovada.
IV- quanto à Mesa:
a) convocá-la e presidir suas reuniões;
b) tomar parte nas discussões e deliberações com direito a voto;
c) distribuir a matéria que dependa de parecer;
d) executar as decisões da Mesa.
V- quanto às Comissões:
a) designar seus membros mediante eleição;
b) destituir membro da Comissão Permanente em razão de faltas injustificadas;
c) assegurar os meios e condições necessárias ao seu pleno funcionamento;
d) convidar o Relator ou outro membro de Comissão para esclarecimento de parecer;
e) convocar as Comissões Permanentes para a eleição dos respectivos, Presidentes, Vice-Presidentes e Relatores;
f) nomear os membros das Comissões Temporárias;
g) constituir, mediante ato, Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissões Processantes;
h) preencher, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões Permanentes e Temporárias.
VI- quanto às atividades administrativas:
a) comunicar a cada Vereador, por escrito ou por meio eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a convocação de sessões ordinárias ou extraordinárias no período normal e de 48 (quarenta e oito) horas, convocação de sessões extraordinárias durante o recesso, quando a convocação ocorrer fora da sessão, sob pena de destituição;
b) encaminhar processos às Comissões Permanentes e incluí-los na pauta;
c) zelar pelos prazos do processo legislativo e daqueles concedidos às Comissões e ao Relator;
d) dar ciência ao Plenário do relatório apresentado por Comissão Especial de Inquérito;
e) remeter cópia de inteiro teor do relatório apresentado por Comissão Especial de Inquérito, ao Prefeito, quando se tratar de fato relativo ao Poder Executivo, e ao Ministério Público, quando o relatório concluir pela existência de infração;
f) organizar a Ordem do Dia, no prazo regimental;
g) executar as deliberações do Plenário;
h) assinar a ata das sessões, os editais, as portarias e o expediente da Câmara;
i) abonar as faltas dos Vereadores, mediante a apresentação de atestado médico;
j) encaminhar ao Prefeito os pedidos de créditos adicionais referentes às dotações orçamentárias da Câmara, com a devida indicação dos recursos, caso sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações;
k) elaborar e encaminhar ao Prefeito, até 1º (primeiro) de agosto, a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta de Inquérito;
l) arguir o Vereador sobre assuntos referentes ao exercício do mandato e receber em 15 (quinze) dias resposta do interpelado.
VII- quanto aos serviços da Câmara:
a) conceder férias e abonos de faltas aos servidores da Câmara;
b) supervisionar o serviço administrativo da Câmara, autorizar nos limites do orçamento as suas despesas e requisitar o numerário ao Executivo;
c) apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete relativo às verbas recebidas e às despesas realizadas no mês anterior;
d) comprar licitações, homologar seus resultados e aprovar o calendário de compras, obras e serviços da Câmara, obedecida a legislação pertinente;
e) estabelecer os livros destinados aos serviços da Câmara e de seus Departamentos, exceto os livros destinados às Comissões Permanentes.
VIII- quanto às relações externas da Câmara:
a) conceder audiências públicas na Câmara, em dias e horários pré-fixados;
b) manter, em nome da Câmara, todos os contatos com o Prefeito e demais autoridades;
c) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informação formulados pela Câmara;
d) solicitar a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Estadual;
e) interpor judicialmente o Prefeito, quando este deixar de colocar à disposição da Câmara, no prazo legal, as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao quórum das dotações orçamentárias.
IX- quanto à Segurança Interna:
a) policiar o recinto da Câmara com o auxílio de seus funcionários, podendo requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna;
b) determinar que qualquer cidadão assista às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:
1- apresente-se convenientemente trajado;
2- não porte armas;
3- não se manifeste desrespeitoso ou excessivamente em apoio ou desaprovção ao que se passa no Plenário;
4- respeite os Vereadores;
5- atenda às determinações da Presidência;
6- não interrompa os Vereadores.
c) obrigar os assistentes que não observarem os deveres indicados na alínea anterior a se retirarem do recinto, sem prejuízo de outras medidas;
d) determinar a retirada de todos os assistentes, se a medida for julgada necessária;
e) se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, efetuar a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente;
f) na hipótese de alínea anterior, se não houver flagrante, comunicar o fato à autoridade policial competente, para a instauração de inquérito;
g) admitir, no recinto do Plenário e em outras dependências da Câmara, a seu critério, somente a presença dos Vereadores e servidores da Câmara, estes quando em serviço;
h) credenciar representantes, de cada órgão da imprensa em geral, que o seu trabalho consistir em reportagens de cobertura jornalística das sessões.
X- o 1º O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria, nos termos do art. 37 deste Regimento.
§ 2º Sempre que tiver que se ausentar do Município, por período superior a 15 (quinze) dias, o Presidente passará o exercício da presidência ao 1º Vice-Presidente, no caso de ausência deste, ao 2º Vice-Presidente.
§ 3º A hora do início dos trabalhos da sessão, não se achando o Presidente no recinto, será ele substituído, sucessivamente, pelos Vice-Presidentes, Secretários ou, ainda, pelo Vereador mais votado na eleição municipal dentre os presentes.
§ 4º Nos períodos de recesso da Câmara, a licença do Presidente se efetivará mediante comunicação escrita ao seu substituto legal.

Art. 28 Será sempre computada, para efeito de quórum, a presença do Presidente nos trabalhos.

Art. 29 O Presidente não poderá fazer parte de qualquer Comissão, ressalvadas as de Representação e a Comissão Especial de Inquérito.

Art. 30 Nenhum membro da Mesa ou Vereador poderá presidir a sessão durante a discussão e votação de matéria de sua autoria, ressalvado o Presidente.

Subseção Única – Da Forma dos Atos do Presidente

Art. 31 Os atos do Presidente observarão a seguinte forma:
I- ato numerado, em ordem cronológica, nos seguintes casos:
a) regulamentação dos serviços administrativos;
b) nomeação de membros das Comissões Temporárias;

c) matérias de caráter financeiro;
d) designação de substitutos nas Comissões;
e) outras matérias de competência da Presidência e que não estejam enquadradas como portaria.
V- portaria, nos seguintes casos:
a) férias, abonos de faltas ou, ainda, quando se tratar de expedição de determinações aos servidores da Câmara;
b) outros casos determinados em lei ou resolução.

Seção III – Das Atribuições dos Vice-Presidentes

Art. 32 Compete ao 1º Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos em Plenário.
Parágrafo único. Compete-lhe, ainda, substituir o Presidente fora do Plenário em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.

Art. 33 São atribuições do 1º Vice-Presidente:
I- dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos da presidência da Mesa ou de Presidente de Comissão;
II- anotar, em cada documento, a decisão tomada;
III- promulgar as leis com sanção tácita ou cujo voto tenha sido rejeitado pelo Plenário, sempre que o Presidente deixar de fazê-lo;
IV- superintender, sempre que convocado pelo Presidente, os serviços administrativos da Câmara de Vereadores, bem como auxiliá-lo na direção das atividades legislativas de polícia interna.
V- conceder a 2º Vice-Presidente e o Secretários, assinar os atos da Mesa e os autógrafos destinados à sanção.

Art. 34 Ao 2º Vice-Presidente compete substituir o 1º Vice-presidente em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.

Seção IV – Dos Secretários

Art. 35 São atribuições do 1º Secretário:
I- proceder, nas ocasiões determinadas pelo Presidente e nos casos previstos neste Regimento, ao registro de presença para verificação do quórum;
II- registrar a ata e a matéria do Expediente, bem como as proposições e demais papéis sujeitos ao conhecimento ou deliberação do Plenário;
III- determinar o recebimento e zelar pela guarda das proposições e documentos entregues à Mesa, para conhecimento e deliberação do Plenário;
IV- constatar o registro de presença dos Vereadores ao abrir a sessão;
V- receber e determinar a elaboração de toda a correspondência oficial da Câmara, referente ao expediente, sujeitando-a ao conhecimento, apreciação e assinatura do Presidente;
VI- acompanhar a inscrição dos oradores;
VII- superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão e assinar o inteiro teor do texto e da respectiva exposição de motivos;
VIII- secretariar as reuniões da Mesa, redigindo em livro próprio as respectivas atas;
IX- assinar, com o Presidente, Vice-Presidentes e o 2º Secretário, os atos da Mesa e os autógrafos destinados à sanção;
X- substituir o Presidente na ausência ou impedimento deste e dos Vice-Presidentes.

Art. 36 Ao 2º Secretário compete a substituição do 1º Secretário em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.

Seção V – Da Delegação de Competência

Art. 37 A delegação de competências será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, visando assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, e situá-las na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.
§ 1º E facultada à Mesa, a qualquer de seus membros e às demais autoridades responsáveis pelos serviços administrativos da Câmara, delegar competência para a prática de atos administrativos.
§ 2º O ato de delegação indicará, com precisão, a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação.

Seção VI – Das Contas da Mesa

Art. 38 As contas da Mesa compor-se-ão:
I- balancetes mensais, relativos às verbas recebidas e aplicadas, que deverão ser apresentadas ao Plenário pelo Presidente, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao vencido;
II- balanço geral anual, que deverá encaminhado ao Tribunal de Contas.
Parágrafo único. Aos balancetes e ao balanço anual, será dada a devida publicidade.

CAPÍTULO III – DA SUBSTITUIÇÃO DA MESA

Art. 39 Em suas faltas ou impedimentos o Presidente da Mesa será substituído, sucessivamente, pelo 1º Vice-Presidente e pelo 2º Vice-Presidente.
Parágrafo único. Estando ambos os Vice-Presidentes ausentes, a substituição se dará, sucessivamente, pelo 1º Secretário e pelo 2º Secretário.

Art. 40 Ausentes, em Plenário, os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para a substituição em caráter eventual.

Art. 41 Na hora determinada para o início da sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e de seus substitutos, assumirá a presidência o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre os seus pares, um Secretário.
Parágrafo único. A Mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular da mesa ou de seus substitutos legais.

CAPÍTULO IV – DA EXTINÇÃO DO MANDATO DA MESA Seção I – Disposições Preliminares

Art. 42 As funções dos membros da mesa cessarão:
I- pela posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
II- pela renúncia, apresentada por escrito;
III- pela destituição;

IV- pela cassação ou extinção do mandato de Vereador.

Art. 43 Vagando qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, ou em sessão extraordinária convocada para esse fim, para completar o mandato.
Parágrafo único. Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á a nova eleição, sob o mesmo complexo o período do mandato, não sendo imediata aquela em que ocorreu a renúncia ou a destituição, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova Mesa.

Seção II – Da Renúncia da Mesa

Art. 44 A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em sessão.

Art. 45 Em caso de renúncia total da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, exercendo ele as funções de Presidente, nos termos deste Regimento.

Seção III – Da Destituição da Mesa

Art. 46 Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante resolução aprovada por 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara, assegurada o direito de ampla defesa.
§ 1º É passível de destituição o membro da Mesa quando faltoso, omissão ou abandono do mandato ou do exercício das atribuições legais, ou quando exorbitar das atribuições a ele conferidas por este Regimento e na Lei Orgânica.
§ 2º Será destituído, sem necessidade da aprovação de que trata o caput deste artigo, o membro da Mesa que deixar de comparecer a 1/3 (um terço) das reuniões ordinárias, da sessão legislativa, sem causa justificada, ou que tenha a destituição de suas funções na Mesa declarada por juiz judicial.

Art. 47 O processo de destituição terá início por denúncia, subscrita necessariamente por, pelo menos, 01 (um) dos Vereadores, dirigida ao Plenário e lida pelo autor em qualquer fase da sessão, independentemente de prévia inscrição ou autorização da presidência.
§ 1º Da denúncia constarão:
I- o nome do membro ou dos membros da Mesa acusados;
II- a descrição circunstanciada das irregularidades cometidas;
III- as provas que se pretenda produzir.
§ 2º Lida a denúncia, será imediatamente submetida ao Plenário pelo Presidente, salvo se este estiver envolvido nas acusações, caso em que essa providência caberá a seus demais relatores. O procedimento de destituição competirá a seus substitutos legais, e se estes também estiverem envolvidos, ao Vereador mais votado entre os presentes.
§ 3º O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado o assunto relativo ao processo de sua destituição.
§ 4º Se o acusado for o Presidente, será substituído na forma do § 2º.
§ 5º Quando um dos Vice-Presidentes ou Secretários assumir a presidência na forma do § 2º ou for o acusado, será substituído por qualquer Vereador convidado pelo Presidente em exercício.
§ 6º O denunciante e o acusado são impedidos de deliberar sobre o recebimento da denúncia, não sendo necessária a convocação de suplente para esse caso.
§ 7º Considerar-se-á recebida a denúncia se for aprovada pela maioria simples dos Vereadores presentes.

Art. 48 Recebida a denúncia, serão sorteados 03 (três) Vereadores para compor a Comissão Processante.
§ 1º Da Comissão não poderão fazer parte o denunciante e o(s) acusado(s), observando-se na sua formação o disposto neste Regimento.
§ 2º Constituída a Comissão Processante, seus membros elegerão um deles para Presidente, que nomeará a partir de seus pares um Relator e marcará reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes.
§ 3º O(s) acusado(s) serão notificados dentro de 03 (três) dias, a contar da primeira reunião da Comissão, para apresentação, por escrito, de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias.
§ 4º Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias, emitindo, no prazo de 20 (vinte) dias, seu parecer.
§ 5º O(s) acusado(s) poderão acompanhar todas as diligências da Comissão.

Art. 49 Findo o prazo de 20 (vinte) dias, e concluindo pela procedência das acusações, a Comissão deverá apresentar, na primeira sessão ordinária subsequente, projeto de resolução propondo a destituição do(s) acusado(s).
§ 1º O projeto de resolução será submetido a uma única discussão e votação pública, convocando-se os suplentes do denunciante e do(s) acusado(s) para efeitos de quórum.
§ 2º Os Vereadores e o Relator da Comissão Processante e o(s) acusado(s) terão cada um, 30 (trinta) minutos para a discussão do projeto de resolução, vedada a cessão de tempo.
§ 3º Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o Relator da Comissão Processante e o(s) acusado(s), obedecida, quanto ao(s) mesmo(s), a ordem utilitizante na denúncia.
Art. 50 Concluindo pela improcedência das acusações, a Comissão Processante deverá apresentar seu parecer, na primeira sessão ordinária subsequente, para ser lido, discutido e votado nominalmente em turno único, na fase de Expediente.

§ 1º Cada Vereador terá o prazo máximo de 15 (quinze) minutos para discutir o parecer da Comissão Processante, cabendo ao relator e ao(s) acusado(s) respectivamente, o prazo de 30 (trinta) minutos, obedecendo-se na ordem de inscrição, o previsto no § 3º do artigo anterior.
§ 2º Não se concluindo nessa sessão a apreciação do parecer, a autoridade que estiver presidindo os trabalhos relativos ao processo de destituição convocará a sessão seguinte para a discussão, integral e exclusivamente, ao exame da matéria, até deliberação definitiva do Plenário.
§ 3º O parecer da Comissão Processante será aprovado ou rejeitado por maioria simples, procedendo-se:
I- ao arquivamento do processo, se aprovado o parecer;
II- à remessa do processo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, se rejeitado o parecer.
§ 4º Ocorrendo a rejeição do parecer, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação deverá elaborar, dentro de 03 (três) dias, projeto de resolução, propondo a destituição do(s) acusado(s).
§ 5º Para a votação e discussão do projeto de resolução de destituição, elaborada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, observar-se-á o previsto neste Regimento.

Art. 51 A aprovação do projeto de resolução, pelo quórum de 2/3 (dois terços), implicará o imediato afastamento do(s) acusado(s), devendo resolução respectiva ser dada à publicação, pela autoridade que estiver presidindo os trabalhos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da deliberação do Plenário.

TÍTULO III – DO PLENÁRIO CAPÍTULO I – DA UTILIZAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 52 O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara de Vereadores, constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento.
§ 1º O local é o recinto de sua sede.
§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão, regida pelos dispositivos referen-

tes à matéria, estatuídos em lei ou neste Regimento.
§ 3º O número e o quórum determinado em lei ou neste Regimento, para a realização das sessões e para as deliberações.

Art. 53 As deliberações do Plenário serão tomadas por:
I- maioria simples;
II- maioria absoluta;
III- maioria qualificada.
§ 1º A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os presentes à reunião.
§ 2º A maioria absoluta é a que compreende mais da metade dos membros da Câmara, presentes ou ausentes.
§ 3º A maioria qualificada é a que atinge ou ultrapassa 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

(continuação)

Art. 175 A presidência deixará de receber qualquer proposição: I- que, aludindo à lei, decreto, regulamento ou qualquer outra norma legal, não venha acompanhada de seu texto; II- que, fazendo menção à cláusula de contratos ou de convênios, não os transcreva por extenso; III- que seja antiregimental; IV- que, sendo de iniciativa popular, não atenda aos requisitos deste Regimento e da Lei Orgânica; V- que tenha sido rejeitada ou vetada no mesmo ano legislativo e que no caso de projeto de lei, não tenha requerimento de representação subscrito pela maioria absoluta da Câmara; VI- que configure emenda ou substitutivo não pertinente à matéria contida no projeto; VII- que, constando como Mensagem Aditiva do Chefe do Executivo, em lugar de adicionar algo ao projeto original, modifique a sua redação, suprima ou substitua, em parte ou no todo, algum artigo, parágrafo ou inciso; VIII – que, contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de requerimento. Parágrafo único. Da decisão do Presidente caberá recurso que deverá ser apresentado pelo autor dentro de 10 (dez) dias e encaminhado pelo Presiden-te à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Art. 176 Considerar-se-á autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira, ressalvadas as proposições de iniciativa popular, que atenderão ao disposto neste Regimento. Parágrafo único. A assinatura de apoio de Vereador em proposição, deve acontecer somente com a anuência do autor.

Seção III – Da Retirada das Proposições

Art. 177 A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida: I- quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos subscritores da proposição; II- quando de autoria de 01 (um) ou mais Vereadores, mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos Vereadores; III- quando de autoria de Comissão, mediante requerimento da maioria de seus membros; IV- quando de autoria da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros; V- quando de autoria do Prefeito, por requerimento por ele subscrito. § 1º O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada a votação da matéria. § 2º Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, caberá ao Presidente apenas determinar o seu arquivamento. § 3º Se a matéria já estiver incluída na Ordem do Dia, caberá ao Plenário a decisão sobre o requerimento. § 4º As assinaturas de apoio, quando constituírem quórum para apresentação, não poderão ser retiradas após a proposição ter sido encaminhada à Mesa ou protocolada no Departamento Legislativo. § 5º A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresenta-da no mesmo ano legislativo, salvo deliberação do Plenário.

Seção IV – Do Arquivamento e do Desarquivamento

Art. 178 Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se en-counterem em tramitação, bem como as que tenham crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: I- já aprovadas em turno único, ou em 1º (primeiro) e 2º (segundo) turnos; II- de iniciativa popular; III- de iniciativa do Prefeito.

Seção V – Do Regime de Tramitação das Proposições

Art. 179 As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de triamação: I- urgência; II- ordinária.

Art. 180 O regime de urgência implica redução dos prazos regimentais e se aplica aos projetos de autoria do Executivo, submetidos ao prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para apreciação. I- quando de urgência na tramitação do respectivo projeto de que trata o caput, o Prefeito deverá na respectiva mensagem de enca-minhamento ou nas exposições de motivos, expor detalhadamente sobre os fatos e circunstância da necessidade da urgência, podendo encaminhar documentos que a justifiquem. II- emenda submetida ao prazo fixado no caput deste artigo, o projeto só será obrigatoriamente incluído na ordem do dia para que se utilize sua vota-ção, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos. § 3º O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câ-mara Vereadores e não se aplica aos projetos de codificação. § 4º Na apreciação de que trata o caput e § 1º deste artigo, o Presidente, não convencido da justificativa ou na sua falta, notificará o Prefeito para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente as razões e justificativas do pedido de urgência, sob pena de indeferimento liminar do pedido de urgência. § 5º Caso o pedido de urgência na tramitação do projeto de lei for indeferido pelo Presidente, o Prefeito poderá recorrer da decisão ao Plenário, no prazo de 05 (cinco) dias, devendo o pedido ser incluído na ordem do dia da próxima sessão ordinária. § 6º Pautado o pedido, o recurso só será deferido e concedida a urgência no trâmite do projeto, se obtiver votação favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, começando a correr o prazo indicado no caput deste artigo, a partir de seu deferimento. § 7º Quando relevante para o deferimento do pedido de urgência, que trata o caput deste artigo, aquelas proposições que tratem de situações de emergência, calamidade, perecimento de direito da Administração Pública ou de terceiros sob sua responsabilidade, cumprimento de decisão judicial com aplicação de multa por descumprimento ou em caso de necessidade de cumprimento de obrigação cujo prazo fixado é o se tornou exíguo, sem que a Administração tenha dado causa para seu atraso.

Art. 181 A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam sub-metidas ao regime de urgência. CAPÍTULO II – DOS PROJETOS Seção I – Disposições Preliminares Art. 182 A Câmara de Vereadores exerce sua função legislativa por meio de: I- propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal; II- projetos de lei complementar; III- projetos de lei ordinária; IV- projetos de decreto legislativo; V- projetos de resolução. Parágrafo único. São requisitos para apresentação de projetos: I- ementa de seu conteúdo; II- enunciação exclusivamente da vontade legislativa; III- revisão de artigos numerados, claros e concisos; IV- menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso e previsão de sua entrada em vigor; V- assinatura do autor; VI- justificativa, com exposição circunstanciada, dos motivos de mérito que fundamentem a adoção da medida proposta; VII- observância, no caso couber, do disposto no art. 178 deste Regimento.

Seção II – Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal

Art. 183 Proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal é a proposição destina-da a modificar, suprimir ou acrescentar dispositivo à Lei Orgânica do Mu-nicípio.

Art. 184 A Câmara apreciará proposta de emenda à Lei Orgânica desde que: I- apresentada por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara; II- pelo Prefeito ou por, no mínimo, 05% (cinco por cento) do eleitorado do Município; III- não estejam em vigência intervenção estadual, estado de sítio ou estado de defesa; III- não proponha a abolição da Federação, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes e dos direitos e garantias constitu-cionais. Art. 185 A proposta de emenda à Lei Orgânica será submetida a 02 (dois) turnos de votação, com interstício mínimo de 10 (dez) dias e será aprovada se obtiver o quórum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara em ambas as votações. Art. 186 Aplicam-se à proposta de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuto desta seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Seção III – Dos Projetos de Lei

Art. 187 Projeto de lei é a proposição que tem, por fim, regular toda matéria de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito. Parágrafo único. A iniciativa dos projetos de lei será: I- do Vereador; II- da Mesa da Câmara; III- das Comissões Permanentes; IV- do Prefeito; V- de, no mínimo, 05% (cinco por cento) de eleitorado. Art. 188 É da competência privativa do Prefeito a iniciativa das leis que dispo-nham sobre: I- criação, estruturação e atribuições dos departamentos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; II- criação de cargos, empregos e funções na Administração Pública Direta e Autárquica, bem como fixação e aumento de sua remuneração; III- regime jurídico dos servidores públicos municipais; IV- Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, bem como abertura de créditos suplementares e especiais. § 1º Nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvadas as leis orçamentárias. § 2º As emendas aos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias não serão aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual. § 3º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 02% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, conforme previsto no § 9º, do art. 166, da Constituição Federal, e regulamentado nos termos da Lei Orgânica Municipal. § 4º A garantia da execução de que trata o caput deste artigo aplica-se tam-bém às programações incluídas por todas as emendas impositivas de inicia-tiva de bancada de parlamentares, no montante de até 01% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, assim distribuídas: I- para emendas de troca de partido feito por Vereador ou da mudança na composição dos blocos partidários, salvo quando estas alterações resultarem na extinção da bancada do partido ou bloco partidário no âmbito da Câmara de Vereadores, hipótese na qual as alterações nas emendas serão discutidas pelas Comissões pertinentes ao tema e votadas em Plenário. Art. 189 Exceto nas hipóteses previstas no inciso II do parágrafo do Prefeito, a Câmara deverá apreciar o projeto de lei respectivo dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento no Departamento Le-gislativo, no caso de tramitação em regime de urgência, observado o disposto no art. 180 deste Regimento. § 1º A fixação do prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita após a recessão do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento deste pedido como seu termo inicial. § 2º Esgotado o prazo previsto no caput, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos até que se utilize a votação. § 3º Os prazos previstos neste artigo não correm em período de recesso. § 4º Observadas as disposições regimentais, a Câmara poderá apreciar em qualquer tempo os projetos para os quais o Prefeito não tenha solicitado prazo de apreciação.

Art. 190 A matéria constante de projeto de lei somente poderá constituir objeto de novo projeto no mesmo ano legislativo mediante requerimento proposto pela maioria absoluta dos membros da Câmara em apoio à reapresentação do projeto de lei.

Art. 191 O projeto de lei submetido a prazo de apreciação já esgotado, deverá ser submetido imediatamente da Ordem do Dia, sobrestando-se todas as outras votações, com a inclusão dele na pauta da ordem do dia da sessão subse-quente.

Art. 192 São de iniciativa popular os projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através da manifestação de, pelo menos, 05% (cinco por cento) do eleitorado local, atendidas às disposições deste Regimento.

Seção IV – Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 193 Projeto de decreto legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara que excede os limites de sua economia interna, não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara. § 1º Constitui matéria de projeto de decreto legislativo: I- concessão de licença ao Prefeito; II- cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, que para ser aprova-do necessita do quórum de 2/3 (dois terços); III- concessão de título honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidas, tenham prestado serviços ao Município, que para ser aprovado necessita de maioria simples; IV- aprovação ou reprovação do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Con-ta do Município. Art. 194 A matéria constante de projeto de lei somente poderá constituir objeto de novo projeto no mesmo ano legislativo mediante requerimento proposto pela maioria absoluta dos membros da Câmara em apoio à reapresentação do projeto de lei.

Art. 195 O projeto de lei submetido a prazo de apreciação já esgotado, deverá ser submetido imediatamente da Ordem do Dia, sobrestando-se todas as outras votações, com a inclusão dele na pauta da ordem do dia da sessão subse-quente.

Art. 196 São de iniciativa popular os projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através da manifestação de, pelo menos, 05% (cinco por cento) do eleitorado local, atendidas às disposições deste Regimento.

Seção IV – Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 193 Projeto de decreto legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara que excede os limites de sua economia interna, não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara. § 1º Constitui matéria de projeto de decreto legislativo: I- concessão de licença ao Prefeito; II- cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, que para ser aprova-do necessita do quórum de 2/3 (dois terços); III- concessão de título honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidas, tenham prestado serviços ao Município, que para ser aprovado necessita de maioria simples; IV- aprovação ou reprovação do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Con-ta do Município.



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

tas versando sobre a prestação de contas do Poder Executivo, que para ser contrário, necessita do quórum de 2/3 (dois terços);

V- sustação de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regula-mentar, a fim de zelar pela prestação de sua competência legislativa.

§ 2º Ser de exclusiva competência da Mesa a apresentação de projetos de decreto legislativo a que se referem os incisos I e II, do parágrafo anterior, sendo também que, é de competência exclusiva da Comissão de Finanças e Orçamento a apresentação do projeto de decreto legislativo a que se refere o inciso IV, do parágrafo anterior, competindo, nos demais casos, à Mesa, às Comissões ou aos Vereadores.

Seção V – Dos Projetos de Resolução

Art. 194 Projeto de resolução é a propositura destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa. § 1º Constitui matéria de projeto de resolução: I- destituição da Mesa ou de qualquer um de seus membros; II- elaboração e reforma do Regimento Interno; III- julgamento de recursos; IV- constituição das Comissões de Assuntos Relevantes e de Representação; V- organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos ou funções de serviços da Câmara; VI- cassação de mandato de Vereador; VII- demais atos de economia interna da Câmara. § 2º A iniciativa dos projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comis-sões ou dos Vereadores, sendo exclusão da Comissão de Legislativa, Justiça e Redação, a iniciativa do projeto previsto no inciso III do parágrafo anterior.

Subseção I – Dos Recursos

Art. 195 Os recursos contra atos do Presidente da Mesa ou do Presidente de qualquer Comissão, em decisões monocráticas, serão interpostos dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ocorrência, por simples petição dirigida à Presidência. § 1º O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Reda-ção para opinar e elaborar projeto de resolução. § 2º Apresentado o parecer, em forma de projeto de resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será ele submetido a uma única discussão e votação na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária a se realizar após a sua leitura. § 3º Aprovado o recurso, o recorrido deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de se sujeitar a processo de destituição. § 4º Rejeitado o recurso, a decisão recorrida será integralmente mantida.

CAPÍTULO III – DOS SUBSTITUTIVOS E EMENDAS

Art. 196 Substitutivo é o projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, apresentando por um Vereador ou Comissão para substituir outro já em trami-tação sobre o mesmo assunto. § 1º Não é permitido ao Vereador ou Comissão apresentar mais de 01 (um) substitutivo ao mesmo projeto. § 2º Apresentado o substitutivo por Comissão competente, será enviado às outras Comissões que devem ser ouvidas a respeito e será discutido e vota-do, preferencialmente, antes do projeto original. § 3º Apresentado o substitutivo por Vereador, será enviado às Comissões competentes e será discutido e votado preferencialmente, antes do projeto original. § 4º Aprovado o substitutivo, o projeto original ficará prejudicado. § 5º Rejeitado o substitutivo, o projeto original tramitará normalmente. Art. 197 Emenda é a proposição apresentada com acessória de outra. § 1º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou em todo, artigo, pa-rágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II- emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos de artigo, parágrafo, incoo, alínea ou item do projeto; § 3º As emendas podem ser supressivas, aditivas e modificativas: I- emenda supressiva é a que visa suprimir,



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

será computado no tempo que lhe cabe.

Seção III – Da Questão de Ordem

Art. 279 Questão de ordem é toda manifestação do Vereador em Plenário, feita em qualquer fase da sessão, para reclamar contra o não cumprimento de formalidade regimental ou para suscitar dúvidas quanto à interpretação do Regimento.

§ 1º O Vereador poderá fazer a inscrição na palavra "pela ordem" e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende sejam elucidadas ou aplicadas.

§ 2º Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, a questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando omissão o Regimento.

§ 3º Cabe ao Vereador recurso da decisão do Presidente, que será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer será submetido ao Plenário, nos termos deste Regimento.

CAPÍTULO III – DOS DEVERES DO VEREADOR

Art. 280 Os deveres do Vereador estão estabelecidos e regulamentados na Constituição Federal e Estadual, na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento.

Art. 281 A presidência da Câmara compete zelar pelo cumprimento dos deveres, bem como tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores, quando no exercício do mandato.

Parágrafo único. Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá o fato e tomará as providências, conforme sua gravidade, observando a legislação pertinente e em especial o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

CAPÍTULO IV – DAS PROPOSIÇÕES E INCOMPATIBILIDADES

Art. 282 As proibições e incompatibilidades legais aos Vereadores estão estabelecidas nos termos da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO V – DOS DIREITOS DO VEREADOR

Art. 283 São direitos do Vereador, além de outros previstos na legislação vigente:

I- inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

II- subsídio mensal condigno;

III- licenças, nos termos que dispõe a Lei Orgânica Municipal.

§ 1º O Vereador não poderá:

a) - desistir da expedição do diploma;

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, empresa concessionária ou permissionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive o de que seja demissível ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior.

II- desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível ad nutum nas entidades de que se trata o inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

§ 2º O Vereador que na data da posse seja servidor público da Administração Direta, autárquica ou fundacional, de qualquer esfera de governo, aplicam-se as seguintes normas:

I- havendo compatibilidade de horários:

a) exercerá o cargo, emprego ou função juntamente ao mandato;

b) receberá, cumulativamente, os vencimentos do cargo, emprego ou função, com o subsídio do mandato;

II- não havendo compatibilidade de horários:

a) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

b) seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

c) para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

§ 3º Haverá incompatibilidade de horários ainda que o horário normal e regular de trabalho do servidor no órgão público coincida apenas em parte com o dia de votação nos dias de sessão da Câmara de Vereadores.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, consideram-se contratos de cláusulas uniformes os contratos de adesão, assim entendido aqueles de conteúdo predeterminado, em que a Administração estabelece as mesmas cláusulas para os mais variados contratantes.

Seção I – Do Subsídio

Art. 284 Os Vereadores farão jus a um subsídio mensal condigno, fixado pela Câmara Municipal, em moeda corrente, no final da legislatura para vigorar na que lhe é subsequente, observados os princípios e os limites estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 285 Caberá à Mesa propor projeto de lei dispondo sobre o subsídio dos Vereadores para a legislatura seguinte, até 120 (cento e vinte) dias antes das eleições, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador na matéria.

§ 1º Caso não haja aprovação do projeto de lei que fixa o subsídio dos Vereadores até 30 (trinta) dias das eleições, a matéria será incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos até que se conclua a votação.

§ 2º O subsídio dos Vereadores sofrerá desconto proporcional ao número de sessões realizadas no respectivo mês, quando ocorrer falta injustificada.

Seção II – Faltas e Licenças

Art. 286 Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ordinárias da Câmara de Vereadores, das Comissões Permanentes, salvo motivo justo e aceito pela Câmara.

Parágrafo único. Para efeito de justificção das faltas, consideram-se motivos justos:

I- doença;

II- nojo ou gala.

Art. 287 O Vereador poderá licenciar-se somente:

I- por moléstia, devidamente comprovada por atestado médico;

II- para desempenhar missões de caráter cultural ou de interesse do Município;

III- para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias nem superior a 120 (cento e vinte) dias por ano legislativo, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;

IV- em razão de adoção, maternidade ou paternidade, conforme dispuser a lei.

§ 1º Em virtude de investidura na função de secretário municipal.

§ 1º Para fins de subsídio, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I, II e IV, deste artigo.

§ 2º O Vereador investido no cargo de secretário municipal considerará automaticamente licenciado, podendo optar pelo seu subsídio.

§ 3º O suplente de Vereador, para licenciar-se, deve ter assumido e estar no exercício do mandato.

§ 4º No caso do inciso I, a licença será por prazo determinado, prescrito por médico.

Art. 288 Os requerimentos de licença deverão ser apresentados, discutidos e votados no expediente da sessão de sua apresentação, tendo preferência regimental sobre qualquer outra matéria.

§ 1º Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever requerimento de licença para tratamento de saúde, a iniciativa caberá ao líder ou a qualquer Vereador de sua bancada, ou na falta destes, por qualquer membro da Mesa.

§ 2º É facultado ao Vereador prorrogar o seu período de licença, através de novo requerimento, atendidas às disposições desta Seção.

Art. 289 Em caso de incapacidade civil absoluta, julgada por sentença de um juiz competente, o Vereador suspenderá o exercício do mandato, e o pagamento de subsídio, observando o disposto para os optantes do Regime Geral da Previdência Social, enquanto durarem os seus efeitos.

Parágrafo único. A suspensão do mandato, neste caso, será declarada pelo Presidente na primeira sessão que se seguir ao conhecimento da sentença de interdição.

CAPÍTULO VI – DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 290 A substituição de Vereador dar-se-á no caso de vaga em razão de morte ou renúncia, de suspensão do mandato, de investidura em função de secretário municipal, e em caso de licença superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º Efetivada a licença nos casos previstos neste artigo, o Presidente da Câmara convocará o respectivo suplente, que deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º A substituição do titular suspenso do exercício do mandato pelo respectivo suplente dar-se-á até o final da suspensão.

§ 3º Na falta de suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Cartório Eleitoral solicitando a indicação oficial do nome do suplente habilitado.

CAPÍTULO VII – DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 291 Extingue-se o mandato do Vereador, e assim será declarado pela Mesa da Câmara de Vereadores, quando:

I- ocorrer falecimento, renúncia por escrito, condenação em crimes contra a Administração Pública transitada em julgado e perda ou suspensão dos direitos políticos;

II- incidir nos impedimentos para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse, é nos casos supervenientes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação para isso promovida pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

III- deixar de comparecer, sem que esteja licenciado ou autorizado pela Câmara em missão fora do Município, a 1/3 (um terço) ou mais das Sessões Ordinárias da Câmara, realizadas dentro do ano legislativo;

IV- deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido;

V- quando Presidente da Câmara não substituir ou suceder o Prefeito nos casos de impedimento ou extinção do mandato.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso V, a declaração de extinção caberá ao Vice-Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 292 À Mesa da Câmara compete declarar a extinção do mandato.

§ 1º A extinção do mandato torna-se efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pela presidência, comunicada ao Plenário e inserida na ata, na primeira sessão após sua ocorrência e comprovação.

§ 2º Efetivada a extinção, o Presidente convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 3º O Presidente que deixar de declarar a extinção ficará sujeito às sanções de perda do cargo e proibição de nova eleição para cargo da Mesa durante a legislatura.

§ 4º Se o Presidente se omitir na providência consignada no § 1º, o suplente de Vereador interessado poderá requerer a declaração da extinção do mandato.

Art. 293 Considera-se formalizada a renúncia e, por conseguinte, como tendo produzido todos os seus efeitos para fins de extinção do mandato, quando protocolada no Departamento Legislativo da Câmara.

Parágrafo único. A renúncia torna-se irrevratável a partir de seu protocolo no Departamento Legislativo.

Art. 294 A extinção do mandato em virtude de faltas às sessões obedecerá ao seguinte procedimento:

I- constatado que o Vereador incidiu no número de faltas previsto neste Regimento, o Presidente comunicará-lhe a este fato por escrito e, sempre que possível, pessoalmente, a fim de que apresente a defesa que tiver, no prazo de 05 (cinco) dias;

II- findo esse prazo, apresentada a defesa, ao Presidente compete deliberar a respeito;

III- não apresentada a defesa no prazo previsto ou julgada improcedente, o Presidente declarará extinto o mandato, na primeira sessão subsequente.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, computa-se a ausência dos Vereadores mesmo que a sessão não se realize por falta de quórum, excetuado somente aqueles que compareceram e registraram presença.

§ 2º Considera-se não comparecimento quando o Vereador deixar de registrar presença ou, tendo registrado, não participar de todos os trabalhos do Plenário.

Art. 295 Para os casos de impedimento supervenientes à posse, observar-se-á o seguinte procedimento:

I- o Presidente da Câmara notificará, por escrito, o Vereador impedido, a fim de que comprove a sua desincompatibilização no prazo de 15 (quinze) dias;

II- findo este prazo, sem restar comprovada a desincompatibilização, o Presidente declarará a extinção do mandato;

III- o extrato da ata da sessão em que for declara a extinção do mandato será publicada na imprensa oficial do Município.

CAPÍTULO VIII – DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Art. 296 A Câmara de Vereadores cassará o mandato do Vereador quando, em processo regular em que se concederá ao acusado amplo direito de defesa, concluir pela prática de infração político-administrativa.

Art. 297 São infrações político-administrativas do Vereador, nos termos da lei:

I- deixar de prestar contas ou tê-las rejeitadas, na hipótese de adiamentos;

II- deixar de se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

III- proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Art. 298 O processo de cassação do mandato do Vereador obedecerá, no que couber, ao rito estabelecido neste Regimento para cassação de Prefeito e Vice-Prefeito e de forma especial ao rito do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 e, sob pena de arquivamento, deverá estar concluído em até 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da denúncia.

Parágrafo único. O arquivamento do processo de cassação, por falta de conclusão no prazo previsto neste arquivo, não impede nova denúncia sobre os mesmos fatos nem a apuração de contravenções ou crimes comuns.

Art. 299 Recebida a denúncia pela maioria absoluta da Câmara, o Presidente não poderá afastar, de pronto, o Vereador acusado de suas funções, garantindo a ele a ampla defesa e o contraditório.

Art. 300 Considerar-se-á cassado o mandato do Vereador quando, pelo voto, no mínimo, de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, for declarada incorso em qualquer uma das infrações especificadas na denúncia.

Parágrafo único. Todas as votações relativas ao processo de cassação serão feitas de forma pública, devendo os resultados ser proclamados imediatamente pelo Presidente da Câmara e, obrigatoriamente, consignados em ata.

Art. 301 Cassado o mandato do Vereador, a Mesa expedirá a respectiva resolução, que será publicada em jornal de circulação local, ou regional.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, ao Presidente compete convocar imediatamente o respectivo suplente.

CAPÍTULO IX – DO SUPLENTE DE VEREADOR

Art. 302 O suplente de Vereador sucederá o titular no caso de vaga e o substituirá nos casos de impedimento.

Art. 303 O suplente de Vereador, quando no exercício do mandato, tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e obrigações do Vereador e como tal deve ser considerado.

Art. 304 Quando convocado, o suplente deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando o prazo poderá ser prorrogado por igual período.

§ 1º Enquanto não ocorrer a posse do suplente, o quórum será calculado em função dos Vereadores remanescentes.

§ 2º Ao suplente é lícito renunciar à suplência, desde que a renúncia seja formalizada nos termos deste Regimento.

§ 3º A recusa do suplente convocado para assumir a vaga dentro do prazo legal é considerada como renúncia tácita.

Art. 305 No caso de vaga ou licença de Vereador, o Presidente convocará em até 48 (quarenta e oito) horas o suplente.

§ 1º O Vereador que na data da posse seja servidor público da Administração Direta, autárquica ou fundacional, de qualquer esfera de governo, aplicam-se as seguintes normas:

I- havendo compatibilidade de horários:

a) exercerá o cargo, emprego ou função juntamente ao mandato;

b) receberá, cumulativamente, os vencimentos do cargo, emprego ou função, com o subsídio do mandato;

II- não havendo compatibilidade de horários:

a) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

b) seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

c) para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

§ 3º Haverá incompatibilidade de horários ainda que o horário normal e regular de trabalho do servidor no órgão público coincida apenas em parte com o dia de votação nos dias de sessão da Câmara de Vereadores.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, consideram-se contratos de cláusulas uniformes os contratos de adesão, assim entendido aqueles de conteúdo predeterminado, em que a Administração estabelece as mesmas cláusulas para os mais variados contratantes.

CAPÍTULO X – DO DECORO PARLAMENTAR

Art. 306 O Vereador que descumprir os deveres inerentes a seu mandato ou praticar ato que afete a sua dignidade estará sujeito ao processo e às sanções de perda do cargo e proibição de nova eleição para cargo da Câmara de Vereadores, sob pena de cassação do mandato.

Art. 307 O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão solene de instalação da legislatura, logo após a dos Vereadores, prestando, a seguir, o compromisso de manter e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica do Município e demais leis e administrar o Município visando ao bem geral de sua população.

§ 1º Antes da posse, o Prefeito desincompatibilizar-se-á de qualquer atividade que, de fato ou de direito, seja inconciliável com o exercício do mandato.

§ 2º O Vice-Prefeito deverá desincompatibilizar-se quando vier a assumir a chefia do Executivo, substituindo ou sucedendo o Prefeito.

§ 3º O Prefeito não tomará posse nos 10 (dez) dias subsequentes fixados para tal, salvo motivo relevante aceito pela Câmara, seu cargo será declarado vago por ato do Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 4º No ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito apresentarão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio.

§ 5º A transmissão do cargo, quando houver, dar-se-á no gabinete do Prefeito, após a posse.

CAPÍTULO II – DO SUBSÍDIO

Art. 308 O Prefeito e o Vice-Prefeito farão jus a um subsídio mensal condigno, fixado pela Câmara de Vereadores, através de lei, no final da legislatura até no máximo 120 (cento e vinte) dias antes das eleições, para vigorar na legislatura, que lhe é subsequente, observados os princípios e os limites constitucionais.

Art. 309 Caberá à Mesa propor projeto de lei, dispondo sobre o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito para a legislatura seguinte, até 120 (cento e vinte) dias antes das eleições.

§ 1º Caso não haja aprovação do projeto de lei a que se refere este artigo, até 30 (trinta) dias antes das eleições, a matéria será incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos até que se conclua a votação.

§ 2º O subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixado determinando-se o valor em moeda corrente e em parcela única, vedada qualquer vinculação.

§ 3º O subsídio de que trata este Capítulo não poderá ser alterado no curso do mandato, ressalvada a revisão geral anual prevista no inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, respeitando-se os limites impostos pelos arts. 29 e 29-A, ambos da Constituição Federal.

§ 4º O subsídio do Vice-Prefeito deverá observar correlação com as funções, atribuições e responsabilidades que lhe forem atribuídas na Administração Municipal e não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do subsídio do Prefeito.

§ 5º Ao servidor público investido no mandato de Prefeito é facultado optar pela remuneração de seu cargo, emprego ou função.

CAPÍTULO III – DAS LICENÇAS

Art. 310 O Prefeito não poderá se ausentar no Município ou se afastar do cargo por mais de 15 (quinze) dias consecutivos sem autorização da Câmara de Vereadores, sob pena de cassação do mandato.

Art. 311 A licença do cargo de Prefeito poderá ser concedida pela Câmara por sentença criminal expressa do Chefe do Executivo, nos seguintes casos:

I- por motivo de doença, devidamente comprovada por médico;

II- em razão de adoção, maternidade ou paternidade, conforme dispuser a lei;

III- em razão de serviço ou missão de representação do Município;

IV- para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, não excedendo 15 (quinze) dias;

Parágrafo único. Para fins de subsídio, considerar-se-á como se em exercício estivesse o Prefeito licenciado nos termos dos incisos I a III, deste artigo.

Art. 312 O pedido de licença do Prefeito obedecerá à seguinte tramitação:

I- recebimento do pedido no Departamento Legislativo, o Presidente convocará, em 24 (vinte e quatro) horas, reunião da mesa para transformar o pedido do Prefeito em projeto de decreto legislativo, nos termos do solicitado;

II- elaborado o projeto de decreto legislativo da Mesa, o Presidente convocará, se necessário, sessão extraordinária para que o pedido seja imediatamente deliberado;

III- o decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito será discutido e votado em turno único, tendo a preferência regimental sobre qualquer matéria;

IV- o decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito será considerado aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

CAPÍTULO IV – DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 313 Extingue-se o mandato do Prefeito, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando:

I- ocorrer o falecimento, a renúncia expressa ao mandato, a condenação por sentença criminal transitada em julgado ou a perda ou suspensão dos direitos políticos;

II- incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse, e nos casos supervenientes, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação para isso promovida pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

III- deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, na data prevista.

§ 1º Considera-se formalizada a renúncia e, por conseguinte, como tendo produzido todos os seus efeitos para fins de extinção do mandato, quando protocolada no Departamento Legislativo da Câmara de Vereadores.

§ 2º Ocorrendo o impedimento ou extinção do mandato, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, o comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato, convocando o substituto legal para a posse.

§ 3º Se a Câmara de Vereadores estiver em recesso, será imediatamente convocada pelo seu Presidente para os fins do parágrafo anterior.

Art. 314 O Presidente que deixar de declarar a extinção ficará sujeito às sanções de perda do cargo e proibição de nova eleição para cargo da Mesa durante a legislatura.

CAPÍTULO V – DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Art. 315 O Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados:

I- pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação federal aplicável;

II- pela Câmara de Vereadores, nas infrações político-administrativas, nos termos da lei, assegurados, dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes e a decisão motivada, que se limitará a decretar a cassação do mandato.

Art. 316 São infrações político-administrativas, nos termos da lei:

I- deixar de apresentar declaração pública de bens, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

II- impedir o livre e regular funcionamento da Câmara de Vereadores;

III- impedir o exame de livros e outros documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços que estejam sob investigação da Câmara ou auditoria regularmente constituída;

IV- desatender, sem motivo justo, os pedidos de informação da Câmara de Vereadores, quando formulados de modo regular;

V- retardar a emissão de informações e a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essas formalidades;

VI- deixar de enviar à Câmara de Vereadores, no tempo devido, os projeto de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais e outros cujos prazos estejam fixados em lei;

VII- descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VIII- praticar atos contra expressa disposição de lei ou se omitir na prática daqueles de sua competência;

IX- omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

X- ausentar-se do Município por tempo superior ao permitido pela Lei Orgânica, salvo licença autorizada pela Câmara de Vereadores;

XI- proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XII- não entregar os duodécimos à Câmara de Vereadores, conforme previsto em lei.

Parágrafo único. Sobre o substituto do Prefeito incluído nas infrações político-administrativas de que trata este artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

Art. 317 Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o processo de cassação obedecerá ao seguinte rito:

I- a denúncia escrita, contendo a